CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROCESSO CEE Nº 0174/75

INTERESSADOS: ALCIDES APARECIDO DE CARVALHO e outros
 ASSUNTO: Pedido do equivalência de estudos realizados no
 Curso de Aprendizagem da Escola SENAI de Ribeirão
 Preto
 RELATOR: Consº. João Baptista Salles da Silva
 PARECER Nº 886/75, CPG, Aprov. em 26/fevereiro/75
 Com. ao Pleno
 em 19/03/75
 (Proc. CEE nº 0174/75)

I - RELATÓRIO

1 - HISTÓRICO

1.1 Alcides Aparecido de Carvalho, Antônio Cândido Mendes, Antônio Tomaello, Benedito Bonardi, Dalton Doniseti Koldão, Fernando Rubia Moreno, Henrique Alves, João Antônio Ubeda, Luiz Alberto Ferreira Ferro, Luiz Girotti, Orlando Copade Neto, Oswaldo Justino, Vicente Carlos do Nascimento e Wilson Roberto Alves, tendo concluído curso de aprendizagem industrial na Escola SENAI de Ribeirão Preto, solicitam pronunciamento deste Conselho quanto ao nível em que poderá ser reconhecida equivalência desses estudos visando a prosseguí-los ao ensino regular de 1º ou 2º grau.

1.2 É o seguinte o histórico escolar dos requerentes:

1.2.1 todos concluíram curso primário com a duração mínima de 4 (quatro) séries;

1.2.2 fizeram, em continuação, Curso de Aprendizagem Industrial na Escola SENAI de Ribeirão Preto, com a duração de 4 (quatro) "graus", exceto Wilson Roberto Alves que cursou apenas 3 (três) "graus";

1.2.3 estudaram: Língua Portuguesa, Matemática, Desenho, Educação Moral e Cívica, Ciências Físicas e Biológicas, Ciências Sociais ou Estudos Sociais (incluindo Geografia do Brasil e História do Brasil), Organização Social e Política do Brasil, Educação Física e Prática Profissional.

Os interessados Fernando Rubio Moreno e Luiz Ginotti estudaram as disciplinas mencionadas em 1.2.3 com execução de Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política do Brasil.

1.3 A documentação escolar está em ordem e atende às exigências da Resolução CEE nº - 19/65.

PROCESSO CEE - Nº 174/75 PARECER CEE - Nº 886/75

2. FUNDAMENTAÇÃO:

2.1 O Decreto-Lei Federal nº 937/69, alterando a redação do artigo 51 da Lei Federal nº 4024/61, permitiu aos concluintes dos cursos de aprendizagem o prosseguimento de estudos no ensino regular. Em seu Parágrafo Único, artigo 1º, assim dispõe o citado diploma legal: "Os portadores de carta de ofício ou certificado de conclusão de curso de aprendizagem poderão matricular-se nos estabelecimentos de ensino médio, em série adequada ao grau de estudos que hajam atingido no curso referido".

2.2 A Lei Federal nº 5692/71, pelo Parágrafo Único do artigo 27, mantém a mesma possibilidade: "Os cursos de aprendizagem e os de qualificação darão direito a prosseguimento de estudos, quando incluírem disciplinas, áreas de estudos e atividades que os tornem equivalentes no ensino regular, conforme estabeleçam as normas dos vários sistemas".

2.3 A Deliberação CEE-nº 14/73, ao fixar normas gerais para o ensino supletivo, em seu artigo 12, alínea "a", dispõe: "a) Cursos de Aprendizagem, de duração variável de um a quatro anos, ao nível de uma ou mais das quatro últimas séries do ensino de 1º grau e em complementação a esse ensino, destinados exclusivamente a uma formação profissional ou incluindo disciplinas de Educação Geral e, neste caso, equivalentes a ensino regular, habilitando a prosseguimento de estudos na série ulterior, correspondente, do ensino regular" (o grifo é nosso). Na alínea "b", a mesma Deliberação explicita: "b) Cursos de Aprendizagem intensivos que, além da formação profissional, ministrem Educação Geral equivalente à das quatro últimas séries do ensino de 1º grau, restritos a concluintes da 4ª série desse grau de ensino". E, no Parágrafo Único do mencionado artigo 12: "Para que habilitem os concluintes ao prosseguimento de estudos a nível de 2º grau, os cursos previstos na alínea "b" deste artigo deverão ter, no mínimo, dois anos ou quatro semestres de duração e 2000 horas/aula e incluir atividades, áreas de estudos e disciplinas que os tornem equivalentes ao ensino regular" (o grifo é nosso).

2.4 O Parecer CEE-nº 720/73, acolhido pelo Pleno, aprovou o Regimento das Escolas SENAI e os planos de cursos de aprendizagem. Nestes, cada semestre corresponde a um "termo" com 100 dias letivos e, cada "termo", para fins de equivalência, corresponde a uma "série" do ensino regular.

2.5 O artigo "grau" - denominação que o SENAI vinha adotando para cada semestre letivo - correspondia a um "termo" atual.

2.6 Os requerentes realizaram curso de aprendizagem com a duração de três ou quatro "graus" ou, com a denominação adotada nos "planos de cursos" aprovados pelo CEE, de três ou quatro "termos", ou ainda, de três ou quatro "séries". Cada grau teve a duração de 850 horas/aula, excedendo, portanto, ao mínimo previsto no Parágrafo único do Artigo 12, Deliberação CEE - nº 14/73, isto é, 720 horas (2880: 4 séries 720 horas/aula, por série).

2.7 O elenco de matérias do currículo do curso que os interessados realizaram é equivalente ao previsto pela Resolução CFE - nº 8/71.

2.8 Há vários pareceres deste Conselho favoráveis ao pedido de equivalência em cursos similares, já havendo, portanto, jurisprudência firmada a respeito.

II - CONCLUSÃO

À vista do exposto, votamos no sentido de que este Conselho reconheça os estudos realizados pelos interessados em Curso de Aprendizagem Industrial ministrado na Escola SENAI de Ribeirão Preto, nos seguinte termos:

- a) Wilson Roberto Alves, equivalência a nível de conclusão da 7ª série, podendo, portanto, autorizar-lhe a matrícula na 8ª série do ensino do 1º grau - A escola que acolher a matrícula do interessado deverá submetê-lo a processo de adaptação em Geografia Geral e História Geral e em outras disciplinas em que tal processo seja considerado necessário;
- b) Fernando Rubio Moreno e Luiz Gerotti, equivalência a nível de conclusão do ensino de 1º grau. Os interessados, sem prejuízo para a continuidade de seus estudos, deverão submeter-se a exames especiais de Geografia Geral, História Geral, Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política do Brasil, a nível de 1º grau.
- c) Alcides Aparecido de Carvalho, Antônio Cândido Mendes, Antônio Tomaello, Benedito Bonardi, Dalton Donizeti Roldão, Henrique Alves, João Antônio Ubela, Luiz Alberto Ferreiro Ferro, Orlando Copade Neto, Oswaldo Justino, Vicente Carille e Vicente Carlos do Nascimento: equivalência a nível de conclusão do ensino do 1º grau. Sem prejuízo para a continuidade de seus estudos, os interessados deverão submeter-se a exames especiais de Geografia Geral e História Geral, em nível de 1º grau.

São Paulo, 26 de fevereiro de 1975

a) Consº. João B. Salles da Silva - Relator.

PROCESSO CEE Nº 0174/75

PARECER Nº 886/75

III - DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO PRIMEIRO GRAU, no uso de sua competência, deferida pela Deliberação de 09 de outubro de 1973, adota como seu Parecer, por deliberação aprovada na sessão hoje realizada, a conclusão do Voto do Nobre Conselheiro.

Presentes os Nobres Conselheiro: Eloysio Rodrigues da Silva, Henrique Gamba, João Baptista Salles da Silvo, José Conceição Paixão, Maria do Imaculada Leme Monteiro, Maria de Lourdes Mariotto Haidar o Therezinha Fram.

Sala das Sessões, em 26 do fevereiro de
1975

a) Consª. Maria de Lourdes M. Haidar

Presidente